

Aliança negociará 'presidencialismo mitigado'

BRASÍLIA — O Presidente do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, e o Ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, comprometeram-se ontem junto ao Presidente José Sarney a buscar consenso político em torno de um regime presidencialista com um Parlamento forte e participativo, aos moldes do sistema uruguaio, onde o Congresso Nacional tem poderes para destituir Ministros que são nomeados pelo Presidente da República. Os dois dirigentes da Aliança Democrática vão trabalhar também para que o mandato de Sarney seja o mesmo que a Constituinte fixar para o seu sucessor.

A reunião aconteceu pela manhã em São José do Pericumã, sítio do Presidente José Sarney, perto de Luziânia, a cerca de 30 quilômetros de Brasília. Para despistar os jornalistas, que desde o início da manhã iniciaram um plantão à entrada da propriedade, Ulysses e Aureliano chegaram ao sítio de helicóptero. Eles conversaram com Sarney cerca de duas horas e, segundo Ulysses, o Presidente gostou das propostas apresentadas, incentivando a busca do entendimento em torno desses dois pontos.

Ao contrário do desejo manifestado por Sarney no início da semana aos líderes da Aliança a respeito da fixação imediata da duração do seu mandato, nem Ulysses, nem Aureliano levaram qualquer definição do PMDB e PFL sobre o assunto. Prevaleceu, então, a proposta do PFL sobre aquele que foi fixado pela Constituinte para o sucessor do Presidente Sarney, "sem discriminações", conforme afirmou Aureliano. Segundo Ulysses, não ficou definido se a adoção de um novo sistema de Governo ocorreria já, logo após a promulgação da Constituinte, ou se viria a ser adotado apenas no próximo governo.

Constituinte quer mandato de 5 anos

BRASÍLIA — Os Constituintes preferem um mandato presidencial de cinco anos com parlamentarismo, ou de quatro anos com reeleição, embora já se observe uma tendência para que o Governo atual termine no próximo ano. Estes são os dados preliminares de uma pesquisa encomendada pelo Presidente da Subcomissão do Poder Executivo, Deputado Albérico Filho (PFL-MA), que ouviu em Brasília 85 parlamentares de diferentes partidos. Segundo Albérico, ela mostrou também que 60 por cento dos entrevistados são pelo parlamentarismo misto.

Albérico esteve ontem no sítio de São José de Pericumã para entregar as primeiras conclusões da mostra ao Presidente José Sarney — seu tio. Antes, levou as mesmas informações ao Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães. Na opinião do Deputado maranhense, a implantação do parlamentarismo ortodoxo "assusta os Constituintes", mas é bastante clara a tendência "por uma maior distribuição de poderes e responsabilidades na administração federal".

— Há uma cobrança nacional de divisão de responsabilidades. Pode-se perceber isso — frisou.

Senador acha que Sarney terá 5 anos

BELO HORIZONTE — Interlocutor frequente do ex-Presidente Tancredo Neves, de quem foi Secretário do Trabalho no Governo de Minas, o Senador Ronan Tito acredita que o País já tenha maturidade suficiente para a adoção do Parlamentarismo, condição que o falecido Presidente sempre lembrava quando o tema vinha à tona, no período de transição da Velha para a Nova República. Para Tancredo, o Parlamentarismo não poderia ser adotado como solução para crises políticas, como aconteceu após a renúncia de Jânio Quadros. Em espécie de auto-crítica, já que foi ele que então negociou aquela saída institucional para o impasse político, Tancredo Neves dizia, em seus últimos anos de vida, que a via parlamentarista como solução para crise acabaria levando o País para uma crise ainda maior.

Ontem, o Senador Ronan Tito disse que "os momentos de reflexão vividos nos últimos anos pelo País, trouxeram a maturidade necessária à adoção desta forma mais democrática de governo que é o Parlamentarismo". Ronan Tito considera praticamente consolidada a adoção do parlamentarismo com cinco anos de mandato para o Presidente e certo, também, que Sarney terá o mesmo tempo de mandato que seu sucessor.

O Senador participou de um encontro entre os Governadores de Minas e Bahia, Newton Cardoso e Waldir Pires e, ainda, o Ministro da Irrigação, Vicente Fialho, que, com o empresário Gabriel Andrade, da Andrade Gutierrez, debateram na fazenda Colonial, do último, um programa de irrigação que pretendem ver implantado no Vale do São Francisco, com a participação do Governo e da iniciativa privada.

— Não ficou definido, mas essa decisão acompanhará os prazos regimentais da Constituinte, que são velozes. Ela não deve tardar. Mesmo porque, já há um consenso sobre a importância de definir o sistema do Governo antes de fixar o atual mandato.

Sobre a tendência do PMDB hoje, Ulysses afirmou:

— Não quero me meter nessa discussão agora.

A reunião de ontem estava previsto desde o início da semana, quando Ulysses e Aureliano comprometeram-se em levar a Sarney uma definição sobre a duração do seu mandato. Na sexta-feira, o Palácio do Planalto não confirmava o encontro, Ulysses desmentia e Aureliano Chaves dizia que iria ao Pericumã pela manhã, mas descartava a hipótese de uma reunião entre os três. Ontem pela manhã, o Porta-Voz do Presidente, Frota Neto, informava que não havia qualquer encontro previsto para este fim de semana na agenda de Sarney, mas não descartava a possibilidade de Ulysses e Aureliano irem ao sítio.

Quanto ao sistema de governo, depois de ressaltar a sua condição de presidencialista, Ulysses informou que relatou ao Presidente a tendência predominante no PMDB pelo sistema parlamentarista.

— Disse ao Presidente que a tendência é pelo parlamentarismo misto — contou Ulysses —, mas vou ouvir as lideranças do meu Partido e ver se é possível chegar a uma posição majoritária em torno de um sistema misto de Governo, com uma coparticipação mais acentuada do Congresso Nacional. Trocamos idéias sobre o sistema uruguaio, que tanto o Presidente quanto o Ministro Aureliano Chaves acharam bastante simpática, no qual os Ministros são nomeados pelo Presidente da República, mas

podem ser destituídos pelo Congresso através do voto de desconfiança.

Aureliano afirmou, ao voltar do encontro, que a tendência atual é a de se acertar uma fórmula de governo intermediária entre o presidencialismo e o parlamentarismo, que ele classificou como "um presidencialismo mitigado". Sobre a duração do mandato de Sarney, o Presidente de Honra do PFL repetiu a posição da bancada do seu Partido, firmada nesta semana, durante a reunião dos seus senadores.

— O PFL vai trabalhar para que o período seja o mesmo.

A reunião de ontem foi precedida de um encontro entre Ulysses e Aureliano, na noite de sexta-feira, quando os dois acertaram os principais pontos que seriam levados ao Presidente e que resultaram no acordo. Desde a onda de boatos que tomou conta de Brasília na quinta-feira, com reflexos na Constituinte, que as principais lideranças partidárias preferiram adotar uma posição de cautela, evitando comentar os rumos da crise política.

Nesse cenário, um dos poucos que falou sobre o quadro político foi o Senador Severo Gomes (PMDB-SP), que pregou a necessidade de o Partido tomar as decisões que a sua força política requer:

— Estamos vivendo o momento mais grave da transição democrática e o PMDB tem uma responsabilidade enorme neste momento. Está faltando mobilização no Partido para adotar as atitudes que se fazem necessárias e, principalmente, para definir o período do mandato do Presidente José Sarney.

O encontro em São José do Pericumã adiou para hoje ou amanhã a reunião de Ulysses com as lideranças do PMDB e com os Relatores das 24 Subcomissões, cujo prazo para a entrega dos relatórios termina amanhã.

Relator de Subcomissão não aceita o sistema adotado pelo Uruguai

BRASÍLIA — O Senador José Fogaça (PMDB-RS), Relator da Subcomissão do Poder Executivo, discorda da adoção do sistema uruguaio de presidencialismo mitigado no Brasil e vai apresentar amanhã, em seu relatório, proposta de implantação do parlamentarismo.

Ele estranhou que o Presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, tenha apresentado ontem ao Presidente Sarney a sugestão de copiar elementos do regime uruguaio, sem consultar previamente o partido. Acredita que a melhor solução para o País está em um parlamentarismo autêntico, adaptado à nossa realidade.

Fogaça caracterizou o sistema uruguaio como "um regime presidencialista com um Congresso forte, que tem o poder de censurar o Governo, e alguns ingredientes de parlamentarismo". Nele, disse, não há um Primeiro Ministro e o Presidente é eleito através do Colégio Eleitoral, num mecanismo semelhante ao norte-americano. Existe um Conselho de Ministros, mas o poder é exercido pelo Presidente. O Congresso tem a prerrogativa de destituir, através

de moção de censura, um Ministro, vários Ministros ou todo o Ministério. Essa característica é interessante, segundo Fogaça, pois evita a criação de crises políticas, principalmente quando estiver em jogo a substituição de apenas um Ministro. Ele pretende incorporá-la ao seu relatório.

Para o Senador, é fundamental adotar a característica mais importante do parlamentarismo: o Primeiro Ministro, com poderes de governo e atuando em conjunto com o Presidente da República, num sistema chamado de "dualismo de complementariedade". Fogaça acentua que a figura do Primeiro Ministro é uma garantia de que o Congresso terá dois poderes: legislar e governar.

O Relator informou que sua proposta estabelecerá a co-responsabilidade entre o Presidente e o Primeiro-Ministro, levando-os a buscar o consenso e a desestimular o conflito. Com isso, ele pretende evitar dificuldades que ocorrem na França, por exemplo, onde o Presidente socialista, François Mitterand, e o Primeiro Ministro conservador, Jacques Chirac, não se entendem.



Ulysses chega em casa após a reunião no Pericumã

MAIS UM TERMO NA POLÍTICA

Proposta reduz os poderes do Presidente da República

Presidencialismo mitigado. O termo, até agora inédito no cenário político nacional, surgiu ontem em Brasília, após o acordo feito entre o Presidente José Sarney, o Ministro Aureliano Chaves e o Deputado Ulysses Guimarães. No Uruguai, entretanto, ele é muito comum, pois é o regime que orienta as relações entre o Presidente Julio Maria Sanguinetti, seu Ministério e o Congresso. Segundo os seus defensores, esse regime aumenta a responsabilidade do Congresso e a estabilidade do Ministério.

O Presidente da República continua sendo a autoridade máxima do País, mas o Congresso passa a ter poderes, através do voto de desconfiança, para destituir Ministros. Essa destituição é feita através de lei ordinária, apresentada e votada por maioria simples pelo Congresso. Contudo, o Presidente tem o direito de vetar a lei, que com isso volta para o Legislativo. Para que o Ministro seja realmente afastado, é necessária uma nova aprovação do Congresso, desta vez por uma maioria de dois-terços.